

Uma África que Fernando Mourão imaginou: o renascer africano no início do século XXI

*José Flávio Sombra Saraiva**

Fernando Mourão foi o professor que impressionou um jovem estudante, em fins dos anos 1970, acerca da força telúrica da África. Ouvi sua conferência no Auditório Dois Candangos, na Universidade de Brasília, na condição de aluno do primeiro curso de Relações Internacionais nas instituições de ensino superior do Brasil de então. Não havia África no currículo do nascente bacharelado voltado para a formação da primeira geração acadêmica das Relações Internacionais do Brasil.

Eram os anos do reconhecimento, em pleno regime militar, dos novos governos dos países da África de língua portuguesa. Acompanhei atônico às sábias palavras do Professor da USP, fundador do segundo centro de pesquisa voltado para a África no Brasil. Aquele momento mudou a vida do jovem de 18 anos de idade, atual professor da Universidade de Brasília. Segui, ao longo de 30 anos, os conselhos do velho mestre. Fiz mestrado e doutorado, no México e na Inglaterra, voltado para o escrutínio das relações internacionais do Brasil para a África. Escrevi vários livros acerca do tema. Preparei relatórios para órgãos multilaterais. Criei a cadeira de História da África na UnB em 1986. Acompanhei o Presidente da República, em 2004, em seus primeiros périplos ao continente africano. Fui atacado, pelo que chama outro mestre, Alberto da Costa e Silva, pelo vício da África.

Esse artigo tem o objetivo de homenagear o mestre Fernando Mourão. A melhor maneira de homenageá-lo é por meio da apresentação de uma África que Mourão imaginou, desejou e ajudou a criar. Refiro-me a uma nova África,

* Professor Titular, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

que não rompe com as dificuldades históricas, mas que ensaia novas formas de organização de suas sociedades e Estados nos primeiros anos do século XXI. A África ensaia modelos inéditos, mais adaptados ao mundo que vivemos no início de um novo século.

Apresentar algumas conclusões e ideias por mim defendidas acerca da África nova que emerge do outro lado do Atlântico africano-brasileiro é o que posso oferecer ao mestre. Lanço esse debate dos dias de hoje, presente em todos os centros de estudos mundiais voltados para o acompanhamento da conjuntura africana no início do século XXI, com o intuito de abrir caminho aos eternos debates entre o otimismo e o pessimismo, antinomia que divide até hoje o devir da África.

Nesse sentido, o documento está dividido em quatro temas centrais. O primeiro aborda a adaptação do continente africano ao período posterior à década de bonança econômica de fins da década de 1990 em grande parte do continente, até o ano de 2008. O segundo se refere aos temas estruturalmente recorrentes na África, com ou sem crise global. Avalia alguns desafios, de caráter mais novo, para o melhor engajamento da África nas mudanças sistêmicas que vislumbra o sistema internacional da passagem da primeira para a segunda década do século XXI. O terceiro aborda a disputa e/ou a cooperação sino-americana na África depois da chegada do presidente Obama ao poder. Finalmente, na conclusão, uma palavra de confiança é conferida aos esforços brasileiros ao buscar manter base logística de operação no continente africano.

UMA NOVA ÁFRICA?

As condições internacionais da passagem do século XX para o século atual foram favoráveis à inserção internacional da África. Os anos que separam 1999 ao ano atual configuraram quase uma década de superação, comparada com as quatro décadas anteriores de baixa continuidade econômica, fraturas na formação dos Estados nacionais, péssimos índices sociais. O crescimento econômico em ciclo recente trouxe alguma consistência estrutural à modernização daquele continente de 30 milhões de quilômetros quadrados, gerador de fato inédito à história recente dos jovens Estados africanos, nascidos do primeiro ciclo de independências no fim dos anos 1950 e início da década de 1960.

Os registros quantitativos e qualitativos produzidos pelas agências internacionais e pelos próprios gestores dos 54 Estados africanos produziram evidências

empíricas do argumento inicial. Economistas, governos e empresas chinesas e norte-americanas, e mesmo balanços brasileiros de empresas e órgãos de governo, confirmaram a quadra histórica alvissareira que assistimos recentemente.

Os atuais 680 milhões de africanos que habitam as paragens continentais, depois de décadas de agruras, assistiram, mesmo com crises estruturais e dificuldades históricas no campo da assimetria social e dependência econômica das metrópoles de antes, um sopro de esperança de normalização de suas vidas. Apresentada como a última fronteira do capitalismo global, a África atraiu a atenção da sociedade internacional. Abria-se a oportunidade para, por meio do crescimento econômico, buscar-se a normalização política e a pacificação dos conflitos domésticos.

Interna e externamente induzidas, as sociedades africanas caminharam para um novo estágio civilizatório. As expectativas que elevaram o lugar da África no sistema internacional são relevantes para um continente povoado por Estados que têm apenas meio século de autonomia formal, depois do ciclo colonial. O sentimento de que nos últimos a África vem superando o drama histórico das guerras intestinas e internacionais. O número de países africanos com conflitos armados internos caiu de 13 para 5 nos últimos seis anos.

Os conflitos foram a mais importante causa imediata da pobreza no continente. A redução dramática dos mesmos faz pensar que os recursos, quase da ordem de US\$ 300 bilhões queimados nos conflitos entre 1990 e 2005, podem agora ser dirigidos às políticas de redução da pobreza e da miséria.¹

As novas condições da temperatura e pressão das relações internacionais do segundo semestre de 2008 e primeira metade de 2009, especialmente as de ordem econômica, fizeram tremer lideranças africanas. A preocupação inicial era a de que a crise econômica global se espraiaria nas periferias do capitalismo, portanto na África, de forma sequencial, em efeito dominó, a seguir o compasso de intranquilidade criada no centro do capitalismo norte-americano e seus pares europeus.

A crise originada na toxidade dos capitais, fato global mais relevante da segunda metade de 2008, ao migrar para as atividades produtivas já no final do mesmo ano, aprofundou-se e alastrou-se geograficamente. Quase não houve surpresa, para o observador comum dos fatos globais, seu aprofundamento nos primeiros meses de 2009.

¹ SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?, *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, 51(1), p. 87-104, 2008.

A crise atingiu a todos? A lógica da divulgação diária de cada novo índice econômico apresentado pelas autoridades governamentais em diferentes partes do planeta deprimiu a esperança. O fatalismo é tão intenso que alcançou em proporção a outra lógica perversa que presidiu quadra histórica relativamente recente: a da euforia triunfalista dos que decretaram o fim da História no início dos anos 1990 e o início do paraíso liberal.

Exemplos não andam escassos. Recessão no Japão de hoje nos níveis dos anos 1970. Inoperância e lentidão do governo Obama, nos seus primeiros meses, no encaminhar o espinhoso detalhamento dos planos práticos para mover os Estados Unidos para o desejado ciclo industrial. Uma Europa cambaleante e com emprego declinante, a empurrar o projeto comunitário para a xenofobia de direita. A China, vulnerável diante da dependência das exportações como vetor central do seu PIB, parecia que iria crescer lentamente. Seus satélites asiáticos ajudariam a pagar a conta. A Rússia morreu na praia com a depreciação de sua *commodity* energética e crise cambial.

A América Latina não foi exceção. Diante das enxurradas de balanços negativos na área do emprego em grande parte dos países da região, e da barragem dos financiamentos do ciclo virtuoso do capitalismo perdulário e das fontes de investimento internacionais, os cidadãos comuns já entenderam que a fase áurea já passou. O Brasil e alguns outros países da região, no entanto, já mostram capacidade de retomada do crescimento, ainda que de forma discreta.

Na África houve pânico. Mas logo se percebeu que o contexto poderia não ser tão ruim. A África não foi atingida, plenamente, pelo pessimismo congênito daquele primeiro momento. Lá a tendência parece ter sido um pouco diferente daquelas vislumbradas nas áreas tradicionais do capitalismo e na parte mais proeminente dos países emergentes do Sul.

A África ainda não barrou seu ciclo de crescimento na década em curso. Os índices de normalização macroeconômicos são positivos, a gestão pública melhorou e as economias africanas não se abateram como nos grandes do centro do capitalismo. O continente assiste e continua a assistir a ciclo de crescimento. É o mais sustentável desde as independências do início dos anos 1960. Parece estar em melhor posição ante o ciclo de crescimento anual em torno de 5% que vem mantendo desde 2002, embora tenha caído tal percentual em uma grande parte de países nos últimos meses de 2008 e início de 2009, especialmente aqueles mais ligados às empresas e comércio com países europeus.

A África naturalmente não está imune. A retração chinesa teve algum impacto no continente. No entanto, o avanço dos capitais do Golfo Pérsico compensou o crédito e o financiamento infra-estrutural dos novos projetos do NEPAD, a iniciativa africana de desenvolvimento sustentável e de incorporação social dos mais vulneráveis.

Apesar do efeito de contágio da febre pessimista, a África é a parte do planeta que menos fala em crise no momento. Em parte porque a crise já é paisagem duradoura da geografia africana. O continente foi um laboratório de modelos os mais inadequados ao desenvolvimento, à cidadania e à autonomia decisória internacional do continente por muito tempo. Agora desejam eles uma África para os africanos, uma espécie de Doutrina Monroe do outro lado do Atlântico Sul.

Para os pessimistas, só é possível falar da África nos termos das tragédias humanitária. ou de governos corruptos. Sim, esses temas merecem toda a atenção e cuidado da opinião pública internacional. Mas há outras Áfricas. Há aquelas que, reconhecidas pelos relatórios norte-americanos da *Freedom House*, reduziram os conflitos interestatais de quatorze para cinco na presente década.

Para além do drama de Darfur, do Congo, dos piratas da Somália ou do regime antigo do Zimbábue, ou mesmo dos problemas de corrupção na África do Sul, mais da metade dos governos africanos do presente são democráticos ou estão em processos de normalização democrática. Obama sabe disso e já tem plano para a África. O Brasil de Lula começou antes sua inflexão correta na direção africana.

O outro lado da crise é, portanto, uma África que fez, de fato, da crise uma oportunidade. Há um sopro de esperança no ar. Alto ao fatalismo que embrutece a capacidade de reagir às crises.

Há lições advindas da África. O crescimento econômico angolano, como aquele que se notou permanecer na faixa de 7%, é fato auspicioso. Tal crescimento é seguido, na África oriental, pela Etiópia, e no golfo atlântico da Guiné por Gana. O mesmo se pode dizer, no norte da África, para o caso argelino, ancorado no petróleo e no projeto de liderança econômica e política da chamada África do Norte.

OS VELHOS NOVOS DESAFIOS AFRICANOS

Apesar da crise não ter se abatido sobre o continente como os arautos da desesperança pregaram, persiste na África o problema dos velhos desafios que não se alteram com a mesma velocidade da sua integração na sociedade global. Quatro desafios, entre outros, podem ser enumerados e desdobrados em temas para a reflexão com mais vagar ao longo dos próximos anos na África.

O primeiro deles é a baixa alternância de poder no continente. A perpetuação de governantes não é tema novo, mas ganha nova proporção na passagem da primeira para a segunda década do século 21, mesmo para países relativamente estáveis como Angola, em processo de desenvolvimento notável. Há também os casos de países relativamente tranquilos há anos, estáveis e economicamente viáveis, como o Gabão, mas governado por um Bongo envelhecido e sem criatividade. Há governantes no poder para além de 20 a 30 anos, sem abertura real a reformas democratizantes. Há eleições de fachada em vários países.

Tais regimes dúbios e governos em lenta democratização, mesmo que apresentados como em processo de institucionalização, substituem muito lentamente os velhos donos do poder por outras elites, mais renovadas e modernas. O caso do Zimbábue é simbólico, um país que bem regrou a convivência da presença do crescimento econômico com a permanência do ex-colonizador e organizou a infra-estrutura social e econômica. Vê-lo da maneira que Robert Mugabe o vê é certamente um retrocesso. Há novas elites no país, ligadas ao mundo contemporâneo, mas não encontram meios para permanecer no próprio país, que fenece por razões que se originam na natureza e na perpetuação do poder.

O segundo desafio é a penetração na África, na formação de parte das novas elites e de setores médios das populações urbanas das grandes metrópoles do continente, do tema narcotráfico internacional. Esse é um aspecto relativamente novo, com raízes nas velhas *resource wars* na África, ou das guerras do *blood diamond*, como aquelas na África ocidental e em Angola, agora em suas novas versões.

Expandiram-se essas preocupações ante a ponte que vem se realizando, entre a América Latina e a Europa, em torno do tráfico de drogas e pessoas. Há notícias de corredores de tráfico internacional de ilícitos que vinculam produtores de pasta de coca na América do Sul, ao transporte e preparação

de novos produtos na África ocidental, e seu processamento entre a África e a Europa.

Existem ainda poucos dados disponíveis acerca dessa matéria, mas já suficientes para supor que tais interesses espúrios, da realidade da economia política internacional, estejam presentes na economia e na política africanas do momento. Emergem Estados parasitas, vinculados a essa ameaça internacional. Os golpes e contragolpes que foram assistidos recentemente na Guiné-Bissau, desde março de 2009, expressam exatamente o aprisionamento do Estado por interesses econômicos poderosos, multinacionais e desestabilizadores do jovem Estado na África ocidental, país de língua portuguesa, membro da CPLP, e que recebeu a primeira visita de chefe de Estado do Brasil, em fim dos anos 1970, do então presidente Figueiredo. O presidente Lula também já esteve lá, em um dos seus périplos africanos.

O terceiro desafio está no campo exclusivo das políticas públicas para manter e ampliar o ganho econômico dos últimos anos, advindos da cola do maior crescimento do capitalismo em sua história. Já se sabe que essa onda quebrou e que o crescimento econômico global está voltando, mas ainda modesto, e tenderá a seguir modesto por muitos anos. Isso tem uma grande implicação nas políticas públicas africanas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

A ordem que se eleva diante do fim da década de ouro, com crescimento econômico mais modesto, exigirá escolhas importantes dos líderes e das sociedades africanas. Se em 2007, antes do impacto da crise econômica global, 37 países africanos, quase dois terços dos países continentais, cresciam acima de 4% ao ano, e 34 foram classificados pela *Freedom House* como “livres” ou “parcialmente livres”, como seguiu esse compasso na quadra histórica de menos capital disponível para investimento na África?

Subsistem em 2009, portanto, além dos velhos desafios na história recente da inserção internacional dos países africanos no sistema mundial, as dificuldades vinculadas às próprias transformações em curso na ordem econômica e política mundial. A África necessitará de uma elite africana mais comprometida com a autonomia decisória e a boa integração do continente aos processos econômicos globais.

Constatam os economistas africanos ou africanistas que o crescimento econômico que assistiu a África na primeira década de ouro do século 21 não tende a seguir no molde anterior. Apesar da África, segundo a OCDE,

ter passado a receber mais recursos advindos de investimentos que de ajuda internacional, essa equação poderá se inverter se não houver responsabilidade dos seus governantes nesse importante capítulo de normalização econômica já iniciada na África a muitos custos internos.

Controle inflacionário e responsabilidade fiscal foram movimentos importantes de normalização macroeconômica encabeçados por governos responsáveis no continente africano em fins dos anos 1990 e início dos atuais. Uma regressão nessas áreas e a retomada de ciclo de endividamento externo seriam nefastas para os avanços parciais conquistados nos últimos anos.

O quarto e último desafio que enfrentarão os africanos nos próximos anos é a tentação para, diante de novas dificuldades que chegam do *front* internacional, recorrer ao velho discurso de vítimas. Esse discurso, de grande eficácia política para as elites perversas africanas, não serve aos africanos que constroem no dia-a-dia seu futuro.

A África vinha provando que mesmo intervenções humanitárias, como aquelas das quais os anos 1990 foram pródigos, trouxeram poucos resultados práticos para as populações e reforçaram, ao final, os esquemas de poder das elites perversas. Ajuda externa carimbada de laços com as elites que perpetuam as diferenças sociais, econômicas e políticas é conspiração contra a África, que tende a permanecer infantilizada em alguns setores graças a esse tipo de falsa piedade.

O desafio psicológico e social é, portanto, o do princípio clássico do ensinamento do pescar e não comer o peixe pescado por outros. Se pela primeira vez na história o continente recebe mais investimento que ajuda, e avançou tão bem, o modelo que deve dirigir a relação da África com o mundo é o modelo do investimento, não da esmola.

A ÁFRICA E A NOVA PARTILHA: OBAMA E A OFENSIVA CHINESA

Embora filho de queniano, o presidente Obama manteve discreta apreciação acerca dos desdobramentos políticos, econômicos e sociais nos primeiros meses de seu governo. Para especialistas norte-americanos interessados em uma estratégia mais delimitada de contenção dos avanços chineses no continente africano, o novo governo ianque pareceu reticente a por em marcha aspectos do documento preparado, anos antes, pela Professora Samantha Power e o ex-subsecretário para assuntos africanos no governo, Chester Crocker, conhecedores dos problemas e possibilidades africanas.

A manutenção de uma pauta velha na África, marcada pela preocupação no campo quase exclusivo da segurança internacional, com ênfase ao tema do terrorismo, obstruiu, ao lado das preocupações mais domésticas norte-americanas no campo econômico, a formulação de uma política mais assertiva em relação ao continente ancestral do presidente dos Estados Unidos da América.

A evolução, nos últimos meses, vem sendo, no entanto, positiva, com a retomada dos contatos mais diretos do presidente Obama e da secretária de Estado Hillary Clinton com matérias atinentes a África. Obama e Clinton viajaram a África em 2009. Emergem quatro áreas de interesse dos Estados no continente. São quase quatro áreas de engajamento, a saber: o fortalecimento das instituições democráticas; a prevenção de conflitos; o incentivo ao crescimento econômico; e a parceria para o combate de ameaças globais como o terrorismo.²

Esse último problema foi tratado na visita da Secretária de Estado ao continente africano no mês de agosto de 2009, em torno de sete países visitados. A atenção especial com os temas do chifre da África, com a pirataria nas águas territoriais da Somália, o desgoverno na região e a fissuras abertas que permitem a penetração dos grupos terroristas, continua sendo área de preocupação, seguindo a tendência da política externa norte-americana para o continente desde os dois governos Bush.

O tema democratização dos regimes, associados aos temas de investimento direto dos Estados Unidos na África foi direta e claramente tratado pela Secretária de Estado:

“O verdadeiro progresso econômico na África depende de governos responsáveis que rejeitem a corrupção, reforcem a lei e entreguem resultados a seu povo. Isso não é apenas sobre boa governança, isso é sobre bons negócios.”³

Antes mesmo, na visita do presidente Obama a Gana, em julho de 2009, chamou a atenção para o fato de que os africanos têm razão para se orgulhar mais do que para se humilhar diante de sua história. Lançou seu

² Esses pontos foram apresentados recentemente pelo subsecretário para assuntos africanos do presidente Obama, Johnnie Carson, e lembrados no discurso da Secretária de Estado Hillary Clinton no discurso pronunciado em Cabo Verde, dia 14 de agosto de 2009, no palácio presidencial de Praia, na última fase da sua visita a sete países africanos (Quênia, África do Sul, Libéria, Nigéria, Congo, Angola e Cabo Verde).

³ Discurso da Secretária de Estado Hillary Clinton na África, conforme nota anterior.

discurso contra o velho pano de fundo, já roto, em torno da pobreza endêmica, e preferiu avançar um discurso de sucesso e de elevação do patamar africano pelo binômio bom governo / investimentos econômicos.

De Fareed Zakaria, amigo e influente colunista nas ideias internacionalistas do presidente Obama, aos grandes institutos norte-americanos que vêm se dedicando a ensaiar a nova aproximação dos Estados para a África, aparece um contendor do outro lado, ora visto como competidor, ora como colaborador da retomada do interesse dos Estados Unidos da América no continente. É a China, que veio para ficar na África.

A base da operação chinesa na África não sofreu a descontinuidade dos norte-americanos nem foi contaminada pelo tema do terrorismo como uma ameaça. Ao contrário, os chineses aproveitaram a brecha aberta pela retirada norte-americana relativa da África no contexto pós-Guerra Fria. Depois de 1989, ante o isolamento chinês diante das desconfianças do mundo em relação ao massacre do governo chinês na Praça da Paz Celestial, os chineses buscaram apoio dos governos ditatoriais da África em troca de cooperação, que triplicou em dois anos, e investimento, necessário ao projeto chinês de crescimento do seu capitalismo de exceção.

Desde 1990, renovando-se em 2000 com a criação do Fórum de Cooperação África-China, no qual 80 ministros de Estado africanos foram levados de Pequim à área industrial de Guandong em avião para verem o colosso do crescimento industrial chinês, passando pela segunda edição, em novembro de 2007, a China desembarcou na África de forma estrutural. É difícil andar em qualquer rua comercial de qualquer país africano que não seja povoada por produtos chineses. Estão os investimentos chineses nos mais importantes projetos de infra-estrutura do continente africano, de aeroportos a estradas expressas, passando por palácios e grandes campos de acesso às extrações minerais.

A estratégia chinesa é um pouco, ou muito mais, afoita que a proposta do presidente Obama para a África. Pode ser esquematicamente apresentada em torno dos seguintes pontos, como o fiz para o caso norte-americano antes: exportação para a África do modelo chinês de tratamento dos temas da agenda internacional, apresentando-se como uma representante natural dos países em desenvolvimento; exportação de bens industriais e armas e importação de produtos primários; exploração de todas as fontes possíveis e necessárias de

recursos minerais, estratégicos e de energia que garanta a sustentabilidade do crescimento econômico chinês.⁴

Se a China voltou bem da crise global, como demonstram os dados de crescimento econômico do gigante asiático, em torno de 8% do PIB anualizado de julho de 2008 a julho de 2009, é o capitalismo chinês o maior agente de modernização econômica do continente africano.

Os investimentos do Banco de Desenvolvimento na África já superam, nos últimos quatro anos, o total dos investimentos europeus no seu conjunto, e é muito superior ao que países em desenvolvimento como o Brasil podem fazer, apesar dos financiamentos e investimentos do nosso BNDES. Os norte-americanos não possuem meios objetivos para superar a capacidade logística e infra-estrutural, financeira e comercial, montada pelos chineses.

A continuidade do crescimento econômico chinês, associado aos capitais do Golfo Pérsico, poderá trazer a oportunidade de continuação do ciclo virtuoso que os africanos ainda possuem, em termos de investimento externo direto. Os dados ainda são favoráveis a essa equação sino-africana. Os norte-americanos podem optar por se juntar aos chineses no campo do investimento, mas terão dificuldades de compartilhar os métodos chineses, mais pragmáticos no que se refere ao tema da boa governança interna das débeis democracias africanas.

Em todo caso, segue a China seu projeto de criar mais duas Chinas até 2050, a incluir mais 400 milhões de seus habitantes nos meios da sociedade de consumo de massa nos moldes ocidentais, por meio da extração energética, mineral e das riquezas naturais da África. A respeito desse projeto já não há mais muita dúvida.

O que poderão fazer os norte-americanos em torno desse projeto? Pouco parece. O que poderão fazer os europeus, em fase de decadência econômica endêmica? Certamente nada. Será esse um capítulo importante para o estudo da economia política internacional dos próximos cinquenta anos. A África será o centro dessa disputa e/ou cooperação nas novas disputas do capitalismo global.

⁴ SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?, *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, 51(1), p. 97, 2008.

UM BRASIL QUE AINDA TEM SEU LUGAR NA ÁFRICA: OU SONHOS DE FERNANDO MOURÃO

O Brasil, na década de ouro do crescimento econômico na África, não substituiu nenhum outro ator estatal internacional em seu peso relativo no investimento, na presença comercial nem no peso geo-estratégico ou político no continente transatlântico. No entanto, avançou posição em sua fronteira oriental. Substituiu o período de silêncio nas relações do Brasil com a África por um ciclo virtuoso de cooperação e desenho de projetos para o continente africano.⁵

A recuperação, no governo Lula, da política africana, permitiu ao Brasil certa participação nessa área do planeta, fronteira atlântica do Brasil, e proveu funcionalidade aos interesses brasileiros, além de certos valores à projeção internacional do país. A África recebeu algum investimento brasileiro, empresas estão presentes, jovens de todo o país, mesmo de pequenas cidades, trabalham hoje em empresas brasileiras e internacionais em países africanos, em canteiros de obra como Angola.

A diplomacia brasileira esteve próxima aos africanos em temas de interesse comum como o protecionismo comercial das economias centrais, em foros internacionais e compartilhou a idéia de um Atlântico sul de cooperação econômica e social e não de conflitos ou de militarização nuclear. A agenda de apoio ao desenvolvimento da África é certamente uma contribuição do Brasil ao programa de combate a pobreza e inclusão social na África.

A criação dos novos postos na África foi rapidamente devolvida pela boa reciprocidade africana. Brasília já abriga 34 embaixadas ou missões permanentes de países africanos. É caso único na América Latina, superado nas Américas apenas pelos Estados Unidos.

Esses avanços são, portanto, importantes, associados à pauta comercial que se expandiu percentualmente para a ordem de 6% do intercâmbio do Brasil, aproximando-a de valores em torno de US\$ 20 bilhões no ano presente, o que não é desprezível.

O Brasil vem, assim, contribuir aos projetos de desenvolvimento africanos. Esses projetos, que são e devem ser africanos, merecem a contribuição da

⁵ Escrevi cinco livros acerca das oscilações, o ir e vir, nas relações do Brasil com o continente africano. O que melhor analisa o vai e vem e, em especial, o período afônico de África na política externa do Brasil nos anos 1990 está no seguinte livro: SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

experiência brasileira. Reconciliamo-nos, por meio de uma política africana do Brasil, com os brasileiros todos, os descendentes ou não de africanos, pois o Brasil é um país de alcance global. Não pode escolher parceiros e países para cooperar apenas pelo grau de desenvolvimento alcançado. Esse é o valor da política externa do Brasil para a formação do próprio país.

Foram esses os sonhos e a imaginação de Fernando Mourão quando produziu sua conferência nos fins dos anos 1970 na Universidade de Brasília. Fiz-me crédulo dessa possibilidade altruísta da África. Não há melhor forma de encerrar do que com o reconhecimento de que algo vem ocorrendo de novo na África. Que não seja apenas um sonho de noite de verão!

Brasília, Brasil, Julho de 2011.